

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2025.

Para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

GERÊNCIA DE REGULAÇÃO FERROVIÁRIA

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS DE INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA

Por meio desta, a Fundação IPEAD apresenta os fundamentos técnicos, institucionais e normativos que orientam a execução do projeto *“O complexo ferroviário de São João del-Rei e Tiradentes e a antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas: História dos transportes como história total”*, proposto pela MRS Logística S.A. junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com execução pela própria Fundação IPEAD e participação do Cedeplar/UFMG, com especial atenção aos critérios adotados para a definição das chamadas “Taxas de Administração”.

A estrutura de taxas de administração apresentada no projeto reflete, simultaneamente, as exigências legais e institucionais da Universidade Federal de Minas Gerais e a complexidade administrativa, técnica e financeira inerente à execução de um projeto de grande porte, com duração prevista de 42 meses e múltiplas frentes de atuação. As rubricas identificadas como “Taxa de Administração – IPEAD/UFMG” compreendem tanto as taxas da Fundação IPEAD quanto aquelas devidas à UFMG, as quais são recolhidas pela Fundação e posteriormente repassadas à Universidade, conforme a normatização vigente.

O recolhimento das taxas devidas à UFMG encontra fundamento direto na Resolução nº 13/2022, que regulamenta as Atividades Acadêmicas realizadas com recursos externos e estabelece o ressarcimento à Universidade como forma de contrapartida financeira pelo uso de sua infraestrutura física, administrativa e de seu capital intelectual. Tal ressarcimento decorre, entre outros fatores, da utilização das instalações e serviços institucionais, do suporte administrativo e acadêmico, bem como da participação de docentes, técnicos e discentes vinculados à Universidade e da própria vinculação institucional do projeto à UFMG.

Nos termos dos artigos 11 e 12 da referida Resolução, incidem sobre o valor total dos recursos obtidos percentuais destinados à Administração Central da Universidade (2%) e à Unidade Acadêmica ou órgão de origem do projeto (mínimo de 10%), assegurando o custeio das atividades

institucionais, o fomento acadêmico e a manutenção das condições necessárias à realização de projetos dessa natureza.

No que se refere à atuação da Fundação IPEAD, esta compreende o conjunto de serviços típicos de uma fundação de apoio à universidade, incluindo a gestão administrativa, financeira, contábil e jurídica do projeto; a formalização, execução e acompanhamento de contratos e instrumentos congêneres; a realização de processos de compras, contratações e pagamentos; a gestão de recursos humanos vinculados ao projeto; o apoio à prestação de contas e ao atendimento das exigências dos órgãos de controle; bem como a articulação institucional entre a Universidade, os coordenadores acadêmicos e as entidades financiadoras, assegurando a conformidade normativa, a eficiência operacional e a adequada execução das atividades previstas.

A proposta financeira apresentada pela Fundação IPEAD é definida caso a caso, variando conforme o grau de complexidade administrativa e operacional do projeto, o tempo de vigência, o volume de recursos envolvidos e os riscos inerentes à execução, incluindo aqueles de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e contratual, entre outros. Essa metodologia visa assegurar a sustentabilidade da gestão, a mitigação de riscos institucionais e a adequada prestação dos serviços de apoio necessários.

Especificamente em relação a este projeto, considerando sua relevância acadêmica, institucional e patrimonial para a UFMG, a Fundação IPEAD apresentou inicialmente uma proposta financeira que, somada às taxas previstas na Resolução nº 13/2022, resultava em um percentual global de 22%. Contudo, a posterior determinação da ANTT para a adoção de um padrão distinto de cálculo das taxas administrativas alterou de forma significativa a base de incidência originalmente considerada. Caso fosse mantida a taxa nominal inicialmente proposta, tal alteração resultaria em uma redução substancial dos valores efetivamente destinados à Fundação IPEAD, incompatível com o escopo das responsabilidades assumidas e com os custos administrativos, operacionais e de gestão de riscos inerentes à execução do projeto ao longo de sua vigência. Essa redução comprometeria a capacidade da Fundação de assegurar a adequada gestão administrativa, financeira, contábil e jurídica do projeto, bem como o atendimento às exigências legais, tributárias, trabalhistas e de prestação de contas, afetando, portanto, a viabilidade administrativa e operacional da execução nos termos originalmente pactuados.

Diante desse cenário, foi realizada nova rodada de negociação entre a Fundação IPEAD e o Cedeplar/UFMG. Como resultado, a Fundação apresentou proposta financeira no valor de R\$ 287.922,03, correspondente a 13% no novo padrão de cálculo. Esse percentual, somado às taxas devidas à UFMG, perfaz uma taxa global de 25%, assegurando o equilíbrio financeiro necessário à

adequada gestão do projeto, em conformidade com a normatização aplicável e em patamar competitivo em relação a outras fundações de apoio à pesquisa.

Assim, a composição final do orçamento — que inclui a taxa de administração, a reserva técnica e os custos administrativos da concessionária — mostra-se tecnicamente justificada, transparente e compatível com a complexidade do projeto, garantindo condições adequadas para sua execução eficiente e para o alcance de seus objetivos acadêmicos, científicos e de preservação da memória ferroviária nacional.

Prof. Fabrício José Missio
Presidente da Fundação IPEAD

Prof. Bernardo Palhares Campolina Diniz
Diretor do CEDEPLAR/UFMG